

DESAFIOS FRENTE À REGULAÇÃO PRIVADA DO SISTEMA AGROALIMENTAR: APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO ATUAL ABASTECIMENTO ALIMENTAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Emilia Jomalinis de Medeiros Silva¹

Resumo

A dinâmica da globalização, que se acentuou nas últimas décadas, trouxe transformações nos sistemas agroalimentares tanto a nível global como também nas esferas regionais, estaduais, municipais e locais. Sabemos do atual domínio das grandes corporações neste segmento a nível global: grandes corporações controlam boa parte do mercado de produção, processamento e comercialização de alimentos. Neste cenário que marca a atual geopolítica dos alimentos e do sistema agroalimentar, marcada pela regulação privada dos alimentos, que desafios estão postos na luta pela garantia da segurança e da soberania alimentar em nossos territórios? O presente trabalho objetiva levantar dados analíticos para a compreensão da atual conformação do sistema agroalimentar da cidade do Rio de Janeiro, de forma a avançar numa reflexão sobre caminhos possíveis para uma outra regulação dos alimentos.

Palavras-chave: Sistema agroalimentar, Rio de Janeiro, Abastecimento.

Introdução²

A dinâmica da globalização, que se acentuou nas últimas décadas, trouxe transformações na forma como produzimos, processamos, vendemos, compramos e manipulamos os alimentos e, por fim, como nos alimentamos, ou seja trouxe implicações para as dinâmicas agroalimentares. Verifica-se na atualidade mudanças profundas nos hábitos alimentares em diversas partes do globo; na outra ponta, são muitas também as transformações nos processos de produção e circulação de gêneros alimentícios, com presença marcante de grandes empresas corporativas. Do global ao local, como podemos política e metodologicamente compreender estas dinâmicas? Em outras palavras, neste cenário da atual geopolítica dos alimentos e do sistema agroalimentar, marcada pela regulação privada dos alimentos, que desafios estão postos na luta pela garantia da segurança

¹Doutoranda do Centro de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). ejomalinis@gmail.com.

²Este trabalho é parte de um esforço maior de pesquisado, apoiado pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul com o objetivo de compreender a atual concentração de riqueza.

e da soberania alimentar em nossos territórios?

Analisando o sistema agroalimentar sob a ótica dos regimes alimentares

Entendemos por sistema agroalimentar a soma total de operações de disponibilização de insumos, de produção nas unidades agrícolas, de armazenamento, transformação/processamento industrial e distribuição de alimentos. Estudiosos/as que utilizam o termo identificam a existência de distintos regimes alimentares ao longo dos séculos, tendo o primeiro durado dos anos 1870 a 1930, quando havia importação de bens alimentares tropicais, como grãos, advindos de colônias como para a Europa. Um segundo regime compreendeu as décadas de 1950 até 1970, que reorientou fluxos de alimentos dos Estados Unidos para países aliados do chamado “Terceiro Mundo” pós-colonial. É nesta época que vemos a Revolução Verde ocorrer, a partir da exportação do modelo norte-americano. Por fim, há um debate sobre um terceiro regime alimentar que se iniciaria na década de 1980, persistindo nos dias atuais. Sua característica seria o aprofundamento desse processo, incorporando novas regiões à cadeia de proteína animal e colocando a indústria de processamento em posição de destaque (MCMICHAEL, 2009, p.140; SILVA, 2015).

O estudo dos regimes alimentares nos permite compreender, dentro da perspectiva histórica e geográfica, o papel da agricultura e dos alimentos na dinâmica do capitalismo internacional. No contexto da economia globalizada e financeirizada, da qual os sistemas agroalimentares também fazem parte, abre-se um debate sobre o possível aprofundamento do regime alimentar baseado nas corporações. Nele, a gestão da segurança alimentar ficaria nas mãos não dos Estados, mas das corporações transnacionais. Tanto no nível da produção como na comercialização, assistimos a transformações e reestruturações radicais. As gigantes corporações da alimentação e do varejo transformaram a economia agroalimentar no que Friedmann (1993) denomina de regulação global privada (GOODMAN & WATTS, 1997, p.3). No contexto do mercado global, a produção agroalimentar também ganha caráter mundial. Nesse contexto há também a hegemonia de empresas internacionais em setores como produção de agrotóxicos e sementes e na comercialização internacional, as chamadas *tradings*, ou empresas comerciais exportadoras, em português.

Maluf (s/d), ao conceituar a ideia de abastecimento alimentar afirma que o mesmo implica em:

(...) conferir destaque aos aspectos relacionados com o acesso aos alimentos pelos diversos segmentos da população, tendo presente sua conexão com a disponibilidade dos alimentos, vale dizer, com a sua produção e comercialização (...). O abastecimento alimentar é, em geral, abordado em termos da estrutura que disponibiliza os produtos alimentares, isto é, as formas pelas quais os alimentos são produzidos e distribuídos para a população. Nessa perspectiva, descrevem-se os fluxos seguidos pelos bens através de encadeamentos que ‘se iniciam’ (sic) na etapa agrícola, passando pela intermediação mercantil e o processamento agroindustrial, até o comércio varejista. No entanto, as estruturas de abastecimento também fazem parte dos elementos que determinam as condições em que a população acessa os alimentos (MALUF, s/d, p.1).

No atual modelo de sociedade, sem dúvida, o elemento monetário - a renda - é a condição primeira para o acesso aos alimentos. Dados do Relatório de Informações Sociais, do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário registraram que em 2008, no estado do Rio de Janeiro 14,1% do total da despesa monetária média mensal familiar era destinada à alimentação (destes, 58,8% eram relativos à alimentação no domicílio, 41,2% fora do domicílio e 4,9% representavam a aquisição familiar média não monetária de alimentos, em relação à aquisição de alimentos total). Dados registrados pelo IPCA mostram que, na atualidade, do total empenhado para produtos e serviços, 24,04% – o maior deles – destinase à alimentação e bebidas. Ou seja, este setor é o que mais pesa na vida da população fluminense.

Porém, o fator renda não é o único que viabiliza a compra de um alimento pelo seu consumidor: “esta renda terá que se materializar numa cesta de consumo” (MALUF, s/d, p.1). É necessário que se planeje e execute ações de abastecimento alimentar para promover a produção e distribuição de alimentos, enfim, o acesso aos alimentos por todos os segmentos da população, em condições apropriadas do ponto de vista da quantidade, do preço, da qualidade dos alimentos e da composição nutricional.

Neste sentido, nosso objetivo neste trabalho é levantar elementos de análise que, à luz da ideia de que vivemos hoje um regime corporativo, ou seja, regido pelo poder das corporações, quais os reflexos disto no acesso aos alimentos numa grande cidade, como em nosso caso a capital Rio de Janeiro. Em termos concretos, como se dá o poder destas empresas? Onde elas estão localizadas? Como influenciam os hábitos alimentares da população carioca? Este é um trabalho preliminar sobre o tema a que se propõe desenvolver. Mais do que respostas, este texto busca suscitar elementos iniciais desta reflexão.

Elementos histórico-geográficos sobre o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro

A implantação de um sistema de Centrais de Abastecimento do Rio de Janeiro foi um ponto chave nesta trajetória. O sistema Ceasa-RJ foi criado na década de 1970, tendo como objetivo atuar no mercado, na produção, no atacado e no varejo do comércio de gêneros agrícolas. Seu objetivo era consolidar-se como um entreposto comercial capaz de organizar a produção, comercialização e distribuição. São em suas unidades que se concentram parte da produção rural fluminense. De lá, os produtos agrícolas são redistribuídos, dando seguimento ao circuito dos alimentos, rumo à mesa de consumidores (SEABRA, MARAFON, 2004, p.1). A unidade CEASA-RJ tem o objetivo de atender a segunda metrópole do país em termos demográficos. Esta magnitude a qualifica como ponto central na comercialização agrícola no estado Rio de Janeiro. A Ceasa respondia em meados do século XXI por cerca de 80% da produção comercializada no Estado.

São poucos os estados brasileiros que não fornecem produtos para a Ceasa-RJ. Abaixo, apresentamos dados de 2012 a 2016, relativos ao fornecimento de gêneros agrícolas por unidade da federação. Para o caso dos cereais, há uma constante queda na quantidade de origem do próprio estado de tal forma que em 2016, os cereais originários do estado do Rio representaram cerca de 10% do total comercializado nas unidades. No caso dos hortigranjeiros, há um aumento dos valores comercializados cuja origem é o próprio estado, passando de 366.795.254kg para 452.436.120kg. Todavia, este valor é pouco menos da metade do valor total. Cabe registrar que o percentual do total comercializado originário do estado aumento de 39,5% em 2012 para 42% em 2016. Por fim, no item pescado, nota-se uma maior participação da produção estadual dentre o valor total comercializado, representando quase 80% do total.

Tabela 1 – Quantidade (kg) comercializada na Ceasa Rio de Janeiro por origem do produto – 2012 a 2016

CERAIS (kg)					
	2012	2013	2014	2015	2016
Demais estados	11.116.788	3.515.899	19.820.357	10.287.998	12.697.053
RJ	4.246.121	3.622.916	3.442.375	1.298.271	1.466.573
total	15.362.909	7.138.815	23.262.732	11.586.269	14.163.626
HORTIGRANJEIROS (kg)					
	2012	2013	2014	2015	2016

Demais estados	925.037.869	1.079.778.555	1.185.614.162	1.279.754.029	1.064.581.558
RJ	366.795.254	399.453.267	416.546.264	486.826.026	452.436.120
total	1.291.833.123	1.479.231.822	1.602.160.426	1.766.580.055	1.517.017.678
PESCADO (kg)					
	2012	2013	2014	2015	2016
Demais estados	10.867.723	13.841.181	12.442.241	8.772.339	3.555.608
RJ	22.178.282	31.815.721	27.175.165	21.263.378	13.104.706
total	33.046.005	45.656.902	39.617.406	30.035.717	16.660.314

Fonte: CEASA

O abastecimento alimentar deve ser compreendido como um conjunto diverso de atividades mediando a produção e o consumo de alimentos; sendo assim, algo tão estratégico na vida da população, diversos autores defendem a necessidade de uma política de abastecimento. Ainda hoje, a cidade do Rio de Janeiro não possui uma política de abastecimento alimentar, podendo ser vista como um anti exemplo na questão do abastecimento alimentar (MALUF, s/d, p. 15).

Na atual conjuntura, como devemos compreender o papel da Ceasa frente ao crescimento das grandes redes varejistas que possuem elas próprias seus sistemas de compra, armazenagem e distribuição de alimentos e produtos? Naturalmente, o alto poder destas grandes empresas se traduz nos territórios, nos estados e municípios da federação. As redes varejistas acabam estabelecendo redes de comercialização agrícola própria ou com uma dependência pequena em relação ao sistema CEASA-RJ. Os supermercados têm destaque aqui como agente de grande capacidade de transformação e adaptação no sistema de comercialização agrícola: “A organização de grandes redes de supermercados é um momento fundamental para o desenvolvimento da comercialização agrícola no Rio de Janeiro. (...) Toda uma área dedicada para supermercados que efetuavam suas compras no entreposto encontra-se desativada, esta constatação serviu de ponto inicial para as considerações a serem apresentadas” (MARAFON; SEABRA, 2004, p.16).

O poder das corporações

As corporações dominam a diversidade existente de setores do sistema agroalimentar. Da produção de sementes, agrotóxico, do processamento ao varejo. Este último item, onde materializa-se o vínculo produto ao consumidor, seu destino final, é o que

neste caso nos interessará. De acordo com o Ranking Ibevar, do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo, o Grupo Carrefour lidera a lista, desbancando o Grupo Pão de Açúcar que há alguns anos mantém o 1º posto do ranking. O mesmo instituto estima que 20% das vendas totais sejam realizadas pelas 20 maiores varejistas, o que significa que se trata de um mercado bem concentrado. Segundo o Ranking da Ibevar, as 120 empresas estudadas faturaram juntas, em 2015, R\$ 444.680.183.775,00173. Dentre as vendas de varejo, os hiper e supermercados tem o segundo maior peso, representando 29% das vendas.

Tabela 2 – 10 maiores companhias do Varejo brasileiro, segundo Ibevar – 2016

	Grupo	Faturamento 2015	No de Lojas	No de Funcioná- rios
1	Grupo Pão de Açúcar – Cia Brasileira de Distribuição	76.933.000.000	2.181	146.000
2	Grupo Carrefour	42.701.594.004	288	76.077
3	Grupo Walmart Brasil	29.323.141.083	485	71.864
4	Lojas Americanas – LASA	20.714.500.000	485	71.864
5	Magazine Luiza	10.498.300.000	786	21.745
6	Grupo Boticário	10.100.000.000	3.962	7.000
7	Raia Drogasil	9.424.777.000	1.235	26.520
8	Cencosud Brasil Comercial Ltda	9.267.780.338	222	33.301
9	Máquina de Vendas*	8.586.232.000	1.100	30.000
10	Lojas Renner SA	8.073.387.000	380	17.000

* Valor Estimado

Fonte: <http://www.emobile.com.br/site/varejo/ranking-ibevar-maiores-empresas-do-varejo-brasileiro/>

As grandes varejistas listadas acima não divulgam seu lucro por estados, não sendo possível analisar em separado o poder de mercado que possuem numa determinada localidade. Na cidade do Rio de Janeiro, partes da Cia. Brasileira de Distribuição, a rede Pão de Açúcar possui 19 unidades, distribuídas majoritariamente na Zona Sul da cidade, e a rede e a rede Assaí possui oito unidades, sendo cinco na Zona Oeste e três na Zona Norte. Já a rede Carrefour possui 27 unidades, distribuídas principalmente na Zona Norte na cidade,

³Este ranking não analisa apenas supermercados e varejos do ramo da alimentação, como também empresas de vestuário, drogarias e varejos em geral, tornando a análise de seus dados um pouco mais complexa.

mas também presente na Zona Oeste (e duas unidades no Centro e uma na Zona Sul). Numa primeira análise, ainda superficial e pouco aprofundada, é possível identificar uma estratégica distribuição geográfica diferente, ao compararmos as redes acima onde determinadas corporações privilegiam determinadas regiões da cidade e perfis distintos de consumidores. Quando analisamos as empresas com sede no Rio e maior faturamento, outras redes varejistas aparecem igualmente de amplo conhecimento na cidade. Mesmo com um faturamento menor em comparação às redes que possuem maior abrangência nacional, a lista abaixo merece igual destaque.

Tabela 3 - Ranking dos maiores Supermercados – Rio de Janeiro (2015)

Posição	Supermercado	Faturamento (R\$ bi)	No Lojas	No Funcionários	Faturamento/Funcionário (R\$)	Posição Brasil
1	Zona Sul	1.640.541.924,46	37	6.324	259.415,23	25°
2	SuperMarket ⁴	774.111.299	13	2.915	265.561,34	39°
3	Intercontinental	682.532.888	21	3.089	220.955,94	42°
4	Superm. Vianense	658.139.238,62	19	2.360	278.872,56	45°
5	Superm. Campeão ⁵	556.266.458,01	21	2.547	218.400,65	52°
6	Princesa Superm	536.496.775	23	1.810	296.407,06	57°
7	Superm. Superbom ⁶	527.089.983	11	2.707	194.713,70	58°
8	Superm. Floresta	364.635.932	14	1.485	31.173,46	85°
9	Superm. Real de Niterói	195.366.843	6	626	312.087,61	127°
10	Costazul Multimercado	154.197.000	2	300	513.990,00	149°

Fonte: Supermercado Moderno.

Nos faltam ainda elementos de profunda análise sobre os dados apresentados. É

⁴Torre e Cia Supermercados S/A

⁵Germans Distribuidora de Comestíveis Ltda.

⁶Barcelos & Cia. Ltda

possível perceber, destarte, a forte presença dessas redes no cotidiano na população carioca. Para reflexão futura, cabe analisar o impacto desse crescimento na própria dinâmica municipal de abastecimento.

O enorme crescimento da cidade do Rio de Janeiro e o esvaziamento pelo qual passou o interior do estado levaram a uma enorme dependência do espaço fluminense com relação a sua capital. Fatores históricos como o desenvolvimento do capitalismo no campo e a intensa concentração de terras geraram um árduo processo de exclusão social dos pequenos produtores rurais e o conseqüente aumento do número de trabalhadores em luta pela posse da terra. A atividade turística também se constitui como um desafio para a permanência da atividade (ALENTEJANO, 2003; ALENTEJANO, 2012, p.1-2). A agricultura em nosso estado “não aparece, sufocada de um lado pela pouca visibilidade social e política que estes agricultores têm na sociedade e, de outro, pelo enorme peso que têm os setores industrial, comercial e de serviços no estado” (ALENTEJANO, 1997, p.45).

Por sua vez, ao analisarmos a produção agrícola em dados numéricos, vemos que tem registado queda no estado do Rio de Janeiro, tanto em termos de produção, como também em área ocupada e emprego no estado do Rio de Janeiro. Os dados relativos à área colhida também são categóricos em apresentar este quadro visto que se registra redução em quase todas as lavouras entre 1985 e 2006. A taxa alta de urbanização trazem desafios para a permanência da agricultura, pois em diversos casos vem associada à lógica da especulação imobiliária.

Outro dado preocupante diz respeito à queda verificada na produção da maioria das culturas alimentares. Nas tabelas quatro e cinco podemos ver os dados relativos à área plantada, área colhida e quantidade produzida das lavouras permanentes e temporárias, no estado do Rio de Janeiro, entre 1990 e 2015. Nota-se a variação negativa em praticamente todas as culturas, à exceção de borracha, caqui, coco, goiaba, palmito e uva, para lavouras permanentes (sendo a variação da uva basicamente inexpressiva) e abacaxi para as lavouras temporárias.

De acordo com o “Guia Alimentar para a População Brasileira”, lançado em 2014 pelo Ministério da Saúde, uma das principais mudanças nos padrões de alimentação é a substituição de alimentos in natura ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, mandioca, batata, legume e verduras) por produtos industrializados para pronto consumo. A análise do abastecimento e da alimentação não deve ser dissociada do debate

produtivo e fundiário pois é sabido que se há diversificação nas lavouras haverá igualmente diversificação na mesa.

Tabela 11 - Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes - Estado do Rio de Janeiro (1990 – 2015)

	Área destinada à colheita (Hectares)			Área colhida (Hectares)			Quantidade produzida (Toneladas)		
	1990	2015	Variação 1990 - 2015	1990	2015	Variação 1990 - 2015	1990	2015	Variação 1990-2015
Abacate	128	28	-100	127	28	-99	4721	376	475
Banana (cacho)	3457	2012	-14446	3453	2012	-14408	34166	14087	155284
	0	4		2	4			6	
Borracha (látex coagulado)	-	133	133	-	127	127	-	254	254
Café (em grão) Total	1760	1434	-3266	1757	1432	-3253	24152	17097	20350
	7	1		4	1				
Caqui	485	579	94	485	579	94	53290	11899	11805
Coco-da-baía	603	3378	2775	603	3378	2775	4051	44787	42012
Figo	3	-	-3	3	-	-3	396	-	-3
Goiaba	316	588	272	316	588	272	23141	15082	14810
Laranja	3439	5876	-28515	3418	5876	-28310	244967	75113	103423
	1			6			3		
Limão	3143	1242	-1901	3141	1242	-1899	640028	21354	23253
Mamão	80	15	-65	80	15	-65	1261	412	477
Manga	224	183	-41	199	183	-16	9004	3157	3173
Maracujá	1940	420	-1520	1932	419	-1513	314995	6544	8057
Palmito	-	393	393	-	393	393	-	727	727
Pêssego	3	1	-2	3	1	-2	288	12	14
Tangerina	1586	1434	-152	1586	1434	-152	227378	41371	41523
Urucum (semente)	151	10	-141	151	10	-141	144	16	157
Uva	-	7	7	-	7	7	-	101	101

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 12 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias - Estado do Rio de Janeiro (1990 – 2015)

	Área plantada (Hectares)			Área colhida (Hectares)			Quantidade produzida (Toneladas)		
	1990	2015	Variação 1990 – 2015	1990	2015	Variação 1990 - 2015	1990	2015	Variação 1990 - 2015
Abacaxi	498	3614	3116	453	3614	3161	13554	93240	79686
Alho	58	-	-58	58	-	-58	186	-	-186
Arroz (em casca)	23390	354	-23036	15892	214	-15678	43084	690	-42394
Batata-doce	2036	574	-1462	1826	574	-1252	27098	10075	-17023
Batata-inglesa	145	39	-106	145	39	-106	1327	628	-699
Cana-de-açúcar	20678 6	7938 8	-127398	204802	79388	-125414	557469 6	391950 9	-1655187
Feijão (em grão)	15601	1707	-13894	15153	1646	-13507	10273	1747	-8526
Mandioca	12313	1113 2	-1181	12261	11132	-1129	195216	154045	-41171
Melancia	21	-	-21	21	-	-21	23	-	-23
Melão	22	-	-22	22	-	-22	24	-	-24
Milho (em grão)	33410	2440	-30970	22659	2370	-20289	31685	6234	-25451
Tomate	3023	2532	-491	3003	2529	-474	142214	185889	43675

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Considerações Finais

De forma geral, há muito pouca produção e pesquisa ligada ao tema. Nos sobram perguntas, mais do que respostas, quando o assunto é abastecimento alimentar: Qual o poder atual da Ceasa frente às grandes redes de supermercados? Quais são as possibilidades de acesso (físico e econômico) das camadas mais pobres ou marginalizadas, especialmente nos grandes centros urbanos? Que órgãos públicos devem se responsabilizar para pensar essa política de abastecimento? Qual o avanço do setor supermercadista no comércio de frutas, legumes e verduras e qual seu grau de interação com as Ceasas?

A agricultura e a alimentação são temas que estão no coração da dinâmica capitalista (GOODMAN & WATTS, 1997). O retrato aqui apresentado do sistema agroalimentar contemporâneo nos faz afirmar a permanência da questão agrária, no contexto da economia política, tanto no sentido de pensar o desenvolvimento do capitalismo agrário e o lugar das populações rurais neste embate de forças, as formas pela qual a competição do mercado tende ao aumento na concentração fundiária e de lucros e de poder, bem como para avaliar a acumulação e os fluxos de superávit e, especialmente, as ligações entre agricultura e indústria. A questão do abastecimento alimentar nasce como um grande desafio da realidade brasileira.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro: 2003

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Um breve balanço da agricultura e da política agrária no estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas*, s/d

BRASIL. *Guia Alimentar para a população brasileira. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014*

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. *O programa da secretaria municipal de abastecimento*. S/d. Disponível em: < http://www.pt-pr.org.br/pt_pag/PAG%202004/AGRICULTURA/Programa%2

FRIEDMANN, Harriet. *The Political Economy of Food: A global Crisis*. *New left Review*. I/197, January-February, 1993

FRIEDMANN, Harriet, What on Earth is the Modern World-System? Foodgetting and Territory in the Modern Era and Beyond. *Journal of World-Systems Research* (online). Vol. VI. Summer/Fall 2000. Disponível em: <www.jwsr.org/wpcontent/uploads/2013/05/jwsr-v6n2-hfriedmann.pdf>.

GOODMAN, D.; WATTS M.J. Agrarian questions: global appetite, local metabolism: nature, culture, and industry in fin-de-siècle agro-food systems. *Globalising food*. London Routledge, 1997

MALUF, Renato S.; Ações Públicas Locais de abastecimento Alimentar. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/845/845.pdf/d>.

MALUF, Renato S. SPERANZA, Juliana S.; Bocchi, Priscila. Abastecimento alimentar no Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/plenarias/apresentacoes/2012/apresentacao-03-novembro-2012>>

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, Vol IV, 1996, p. 66-88. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes/san/1996/IV/docs/contribuicao-ao-tema-da-seguranca-alimentar-no-brasil.pdf>>

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*. Vol 36, No 1, January 2009, p.139-169

REVISTA EXAME. As 22 maiores varejistas do Brasil: Pão de Açúcar perde o 1º lugar. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/as-22-maiores-varejistas-do-brasil-pao-de-acucar-perde-1-lugar/>> 14 ago 2017.

SEABRA, R. S.; MARAFON, Glaucio José. Considerações Sobre o CEASA-RJ - Comercialização Agrícola no Estado do Rio de Janeiro.. In: Encontro da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá - MT. Considerações Sobre o CEASA-RJ - Comercialização Agrícola no Estado do Rio de Janeiro., 2004

SILVA, Emilia Jomalinis de Medeiros. Um Celeiro para o Capital: Tradings e territorialização na BR-163 mato-grossense. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015